

ACESSIBILIDADE E DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DOS RECURSOS DE ACESSIBILIDADE COMO SUPORTE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Raquel Amorim de Souza Cavalcante ¹

RESUMO

Este artigo traz um recorte de uma dissertação de mestrado em educação que tem como tema principal a acessibilidade digital e a usabilidade de recursos em ambientes virtuais para pessoas com deficiência. O objetivo da pesquisa foi compreender se existem dispositivos que permitem que essas pessoas acessem e utilizem espaços digitais de maneira autônoma e equitativa. A pesquisa se desenvolveu durante a 14^a Reunião Regional da ANPEd Sudeste, importante encontro bienal no campo da educação, que, devido à pandemia da Covid-19, foi adaptada para o formato remoto. A análise dos recursos de acessibilidade do evento prejudica os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural de Vigotski (2001). Os resultados apontam para um cenário complexo, com desafios importantes para a inclusão plena, mas destacam o potencial positivo dos recursos utilizados. Conclui-se que a criação de tecnologias acessíveis pode contribuir para o exercício pleno dos direitos das pessoas com deficiência, contribuindo para uma participação ativa e equitativa das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Acessibilidade, Inclusão, Pessoa com Deficiência.

INTRODUÇÃO

Por muitos séculos, a vida das pessoas com deficiência foi marcada por uma ausência quase completa de direitos e pela invisibilidade social. Dentro de uma estrutura opressora, a história revela um passado de descaso e exclusão, com relatos de mortes em praças públicas, internações forçadas em manicômios e hospitais, e a negação de participação ativa na sociedade. Essa marginalização sistemática levou à privação de direitos fundamentais, como a liberdade, o direito ao pensamento autônomo e, em casos extremos, a própria vida. Tal opressão, que perdurou ao longo dos anos, continua a ecoar nos dias atuais, refletindo a dificuldade de romper com uma história de exclusão. No entanto, frente a esse cenário, formou-se um movimento político de resistência, no qual as pessoas com deficiência conseguiram se mobilizar e se organizar para reivindicar seus direitos e defender seus interesses (LANNA JUNIOR, 2010; MAIOR, 2018).

¹ Doutoranda em Psicologia Social- Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ rsouzacefet@email.com;

O presente artigo se apresenta como um recorte de uma dissertação de mestrado na área de educação, cujo objetivo é abordar a acessibilidade digital enquanto um direito humano fundamental, com base nos recursos modificados pela comissão de acessibilidade da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste.

Para compreender a relevância deste tema, é essencial situar a pesquisa no seu contexto específico. A 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste é um evento científico de grande importância, realizado bienalmente, que reúne pesquisadores e profissionais da área da educação. No cenário da pesquisa e da pós-graduação em educação, trata-se de um fórum essencial para acadêmicos e para a apresentação de estudos inovadores. Com a pandemia da Covid-19, o evento foi remodelado para um formato remoto.

As questões que orientaram a pesquisa foram: Quais dispositivos de acessibilidade digital estão disponíveis para possibilitar o acesso e a usabilidade para pessoas com deficiência em ambientes virtuais? Como esses dispositivos funcionam na prática? Eles promovem a autonomia e a independência desses usuários, ou há barreiras que ainda dificultam as vivências da pessoa com deficiência?

A pesquisa foi fundamentada na teoria histórico-cultural, que oferece uma base teórica sólida para investigar o desenvolvimento humano nas relações entre o indivíduo e o meio. Segundo Vigotski, a atividade humana está profundamente enraizada na historicidade do sujeito, ou seja, o ser humano transforma a natureza através de seu trabalho e, nesse processo, transforma a si mesmo (ZANELLA et al., 2007). Essa perspectiva é fundamental para a discussão teórico-metodológica desta pesquisa, pois permite uma análise das relações sociais como motor do desenvolvimento.

De acordo com Vigotski, as funções mentais humanas são, inicialmente, relações sociais que, com o tempo, são internalizadas e transformadas nas interações do indivíduo consigo mesmo (SMOLKA et al., 2007). Assim, a relação do homem com o mundo exterior não é direta, mas mediada por signos e instrumentos que emergem ao longo de sua vida (SMOLKA, 2004). Ao aplicar esses princípios de acessibilidade digital, podemos entender como os recursos de acessibilidade atuam como mediadores entre o indivíduo com deficiência e o ambiente digital

Nesse sentido, a falta de acesso a recursos de socialização e comunicação em ambientes digitais pode comprometer o desenvolvimento pleno de um indivíduo com deficiência. Se uma pessoa é privada dos meios necessários para interagir com o ambiente cultural ao seu redor, como é que seu desenvolvimento humano poderá se dar de maneira integral e igualitária.

A pesquisa buscou examinar como os dispositivos de acessibilidade digital desenvolvidos para a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste se alinham com a perspectiva histórico-cultural e se de fato atualizado para a inclusão de pessoas com deficiência.

O evento foi uma oportunidade ímpar para observar a implementação de recursos como intérpretes de Libras, legendas automáticas, audiodescrição, ferramentas de ampliação de contraste e zoom para telas, entre outros. Esses recursos foram projetados para permitir a participação plena de pessoas com deficiência, superando as barreiras impostas pelo formato remoto e possibilitando que esses indivíduos pudessem usufruir das atividades científicas de forma autônoma.

No entanto, os resultados obtidos a partir dessa pesquisa indicam que, apesar dos avanços recentes, ainda existem desafios importantes a serem enfrentados. A usabilidade dos dispositivos de acessibilidade digital, embora considerada satisfatória pelos participantes, apresentou algumas limitações. Por exemplo, muitos relataram a necessidade de maior divulgação e esclareceram sobre a disponibilidade dos recursos, além de sugerirem que uma maior diversidade de ferramentas poderia melhorar ainda mais.

Em conformidade com a teoria histórico-cultural, esses desafios podem ser compreendidos à luz das relações sociais e culturais que permeiam a vida das pessoas com deficiência. Os dispositivos de acessibilidade funcionam como instrumentos que mediam a relação dessas pessoas com o ambiente digital. Quando essas mediações falham ou são insuficientes, elas não apenas limitam o acesso ao conhecimento e à informação, mas também reforçam processos de exclusão social e capacitismo.

A pesquisa também destacou a importância de incluir as vozes das pessoas com deficiência nas discussões sobre acessibilidade. Em suas falas, os participantes trouxeram experiências pessoais sobre como a falta de acessibilidade afeta suas vidas cotidianas. Um entrevistado relatou, por exemplo, como a ausência de recursos adequados em sua universidade o levou a abandonar algumas atividades acadêmicas. Outro participante, pessoa surda, contornou que, em eventos acadêmicos anteriores, foi direcionado para áreas consideradas “mais apropriadas” para sua condição, como a educação especial, evidenciando o preconceito velado.

Uma análise das entrevistas revelou que o capacitismo — a discriminação e o preconceito contra pessoas com deficiência — ainda está profundamente enraizado em nossas práticas sociais, inclusive no ambiente acadêmico. Mesmo quando dispositivos de

acessibilidade estão disponíveis, muitas vezes são subutilizados ou mal divulgados, criando uma falsa impressão de inclusão. O estudo apontou para a necessidade de uma mudança de mentalidade nas instituições, para que a acessibilidade não seja vista apenas como uma obrigação legal, mas como um direito humano essencial para a participação plena na vida social e acadêmica.

Não obstante, esta pesquisa trouxe à tona questões relevantes sobre a acessibilidade digital e o papel dos dispositivos de acessibilidade na promoção da inclusão de pessoas com deficiência. Embora a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste tenha representado um avanço significativo na utilização de tecnologias acessíveis, os resultados indicam que ainda há muito a ser feito para garantir que esses recursos sejam amplamente utilizados e eficazes. O debate sobre acessibilidade digital deve continuar, com foco em políticas públicas que garantam o direito de todas as pessoas a participarem plenamente da vida social, acadêmica e digital.

METODOLOGIA

Para desenvolver esta pesquisa e alcançar os objetivos propostos, como metodologia, foi realizada uma pesquisa participante de caráter exploratório (GIL,2000) em que foi realizado um mapeamento das características e funcionalidades dos dispositivos de acessibilidade digital desenvolvidos e implementados durante a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, além de uma análise de sua usabilidade.

Duas estratégias foram utilizadas: o acompanhamento do trabalho da Comissão de Acessibilidade da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste e a realização de entrevistas com os participantes com deficiência que estiveram no evento.

A primeira estratégia central para esta pesquisa foi o acompanhamento das atividades da Comissão de Acessibilidade, que foi composta por profissionais e pesquisadores que se desenvolveram com a elaboração de materiais, estratégias e recursos de acessibilidade específicos para o evento. Desde julho de 2020, a equipe se dedicou a soluções estruturadas que permitem a participação das pessoas com deficiência na reunião. Trabalhando de forma remota, através de reuniões e estudos de possibilidades, a comissão desenvolveu instrumentos de acessibilidades para o evento.

A segunda estratégia metodológica envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com os participantes com deficiência que se inscreveram na reunião. A escolha da metodologia dessa baseou-se na necessidade de obter relatos de primeira mão,

nos quais os participantes compartilharam suas experiências sobre o processo de inscrição e participação no evento, além de suas experiências sobre os recursos de acessibilidade digital disponíveis.

Para a análise das entrevistas e a compreensão das vivências relatadas pelos participantes, utilizamos a análise de conteúdo como metodologia de interpretação dos dados. Conforme aponta Minayo (2009), a análise de conteúdo é uma técnica que permite interpretar o significado das mensagens por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos. O processo de análise foi realizado em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento de dados.

A pré-análise envolveu uma leitura inicial do material coletado, com o objetivo de organizar e sistematizar as informações. Na etapa de exploração do material, foram feitas leituras detalhadas das entrevistas, categorizando os dados em unidades temáticas. Por fim, na fase de tratamento dos resultados, os dados foram interpretados e correlacionados com a literatura revisada, permitindo uma análise mais aprofundada das

Os resultados da análise de conteúdo das entrevistas indicaram que a usabilidade dos dispositivos de acessibilidade digital desenvolvidos pela Comissão de Acessibilidade da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste foi, em sua maioria, considerada satisfatória para os participantes com deficiência. No entanto, algumas limitações foram apontadas, assim como sugestões de melhorias, como a necessidade de diversificar ainda mais os recursos de acessibilidade e de garantir uma comunicação mais clara e eficiente sobre a disponibilidade desses dispositivos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a realização deste trabalho, alguns conceitos importantes foram definidos como por exemplo, a cibercultura, que pode ser elucidada como uma nova cultura vivenciada na sociedade de redes, em que o uso se dá por intermédio do computador e da internet, neste caso, é uma forma de se comunicar e estabelecer relações, à medida em que os ciberespaços crescem (LEVY, 1999; SANTAELLA, 2010).

Outro conceito abordado nesta pesquisa é a acessibilidade que nesta pesquisa será discutida pelo viés da igualdade de condições e de direitos previstos em lei. De acordo com a lei 13.146 /15 (LBI) a equidade está circunscrita na ideia de que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

Entendendo que a acessibilidade abrange tanto aspectos do espaço físico quanto do espaço digital, este estudo detalhará os conceitos de acessibilidade e acessibilidade digital. Nesse contexto, a acessibilidade pode ser definida, conforme a LBI, como a possibilidade e condição de alcançar e utilizar, com segurança e autonomia, espaços, móveis, serviços (BRASIL, 2015).

Sobre acessibilidade digital, ainda que não haja uma definição clara sobre esta terminologia, infere-se que este é um conceito possui relação com o acesso a dispositivos, ambientes virtuais e sistemas operacionais, que podem ser acessados por qualquer usuário independente de sua condição física, motora, visual, etc. (SONZA, 2008).

A pesquisa foi guiada pelos princípios da teoria histórico-cultural, abordando conceitos centrais dessa teoria, tais como: a mediação semiótica, a relação do sujeito com o meio, e a interação entre o biológico e o cultural (VIGOTSKI, 1997). Além disso, utilizaremos os estudos de Pino (2003), Freitas (2002), Zanella et al. (2007), e Smolka et al. (2021) para aprofundar a compreensão dos princípios explicativos de Vigotski, com foco especial nos conceitos considerados e nas características da pesquisa qualitativa den

Para explorar a tecnologia e a cibercultura, recorreremos a autores como Levy (1999), Castells (1999), Santos (2010, 2011), Santaella (2010) e Lemos (2004). No que diz respeito à acessibilidade digital e aos Direitos Humanos, destacamos as contribuições de Sonza (2008), Silva (2018), Galvão Filho (2013) e Souza (2013). Já para discutir os temas de deficiência, capacitismo e acessibilidade, utilizamos os trabalhos de Diniz (2007), Souza (2013), Maior (2018), Lanna Junior (2010), Sasaki (2007),

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentamos alguns pontos que foram cruciais para a construção analítica deste artigo. Discutimos a acessibilidade digital como um Direito Humano, refletindo sobre os direitos legais relacionados e abordando a exclusão de direitos e o capacitismo enraizado na sociedade. Kassar e Silva Filho (2019, p. 05) afirma que “a leitura sobre o social das pessoas se evidencia não apenas em discursos, mas também em outras condições materiais de vida”. Isso significa que, além das narrativas políticas e dos marcos legais, é necessário prestar atenção às demandas das pessoas com deficiência, ouvindo suas vozes e liberando o papel que desempenham na sociedade, especialmente sob a ótica da igualdade de direitos.

A fala de Lucas, professor universitário com baixa visão, exemplifica bem as dificuldades geradas pela falta de acessibilidade. Sua experiência no ambiente acadêmico e científico nos leva a refletir sobre os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência no campo profissional e sobre as diversas formas de capacitismo vivenciadas frequentemente:

Pesquisadora : Como você está avaliando a acessibilidade e a usabilidade das estratégias e dispositivos de acessibilidade digital atualmente?

Lucas : Horrível... péssimo... especialmente no ambiente acadêmico e científico. Por falta de acessibilidade, usei meu próprio dinheiro para garantir os recursos do que preciso e, mesmo assim, sofro uma série de processos de capacitação [...] por isso me afastei de várias atividades, com um pouco de tristeza, mas também por cansaço [...] de ter que lidar com o desconforto visual constantemente (Transcrição de Entrevista, Lucas, 17/02/2022).

Com base nesse relato, podemos afirmar que a criação de estratégias de acessibilidade externas para o Direito Humano é uma necessidade urgente, especialmente em um contexto onde as pessoas com deficiência começam a enfrentar discriminações e exclusões de direitos no dia a dia. A fala de Lucas, “por isso me afastei de várias atividades, com um pouco de tristeza, mas também com um pouco de cansaço”, reflete como a exclusão de direitos ainda está presente na sociedade, resultando em danos não só físicos, mas também emocionais. Dessa forma, é essencial implementar medidas que protejam esses direitos.

A exclusão de direitos aparece com frequência nas falas dos entrevistados, especialmente ao descreverem o capacitismo sofrido diariamente:

Mateus : [...] e todo dia que a gente sai de casa, a gente enfrenta preconceito. Isso acontece sempre, não é de vez em quando. É muito difícil [...] somos esquecidos, invisibilizados, mesmo saindo de casa. Tanto que algumas pessoas dizem: “Ah, na minha cidade não tem nenhum cego, nunca vi um cego andando na rua.” Claro, se a cidade não tem acessibilidade e oportunidades, a pessoa vai ficar em casa (Transcrição de Entrevista, Mateus, 16/02/2022).

Esses relatos nos levam a uma reflexão sobre dois pontos principais na discussão sobre acessibilidade digital: o processo de exclusão de direitos e o capacitismo. Embora a legislação brasileira proteja o direito de acesso a sites e ambientes digitais, promovendo

uma vida mais independente, ainda há muitas barreiras que historicamente obstruem a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade.

Algumas dessas barreiras (comunicacionais, atitudinais e físicas) são conceituadas em instrumentos normativos e marcos legais no país. Contudo, ao refletirmos sobre a acessibilidade digital como um direito humano, percebemos que muitas dessas iniciativas ficam apenas no campo dos discursos e políticas (Kassar; Silva Filho, 2019; Sonza, 2008). A ausência de ações práticas que eliminem as barreiras de acessibilidade é evidente nas falas dos participantes da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, que descreveram as dificuldades enfrentadas diariamente. Lucas destacou os desafios que as instituições enfrentam na criação de acessibilidade:

Lucas : De modo geral, vejo que hoje as pessoas querem fazer, mas não sabem como. Há uma dificuldade em compreender [a importância da acessibilidade], e implicitamente fica essa sensação de “foi isso que consegui, se contentem com isso, parem de reclamação” (Transcrição de Entrevista, Lucas, 17/02/2022).

Para o contexto de vida das pessoas com deficiência, a falta de acessibilidade digital impacta diretamente suas atividades diárias e impede que vivam aspectos essenciais da vida social. A formação social do ser humano é complexa e está interligada ao seu desenvolvimento dentro do meio social.

Entender a diversidade que constitui cada sujeito é considerar que todos têm potencialidades e individualidades únicas. Esse é um tema que também deve ser pensado em espaços acadêmicos e científicos, a fim de proporcionar reflexões nos âmbitos político, social e cultural, com o objetivo de romper com a cultura do capacitismo, que muitas vezes se apresenta de maneira sutil e “não -intencional”, mas que ainda assim fere profundamente aqueles que são obrigados a viver sob a norma dos corpos não deficientes (MELLO, 2016).

dos dispositivos de acessibilidade digital para pessoas com deficiência. O objetivo é fomentar diálogos sobre a usabilidade desses dispositivos, entender como ocorre a comunicação nesse processo e avaliar se eles realmente oferecem mais autonomia e participação social para esses indivíduos.

O avanço da tecnologia tem desempenhado um papel crucial na criação de ferramentas de acessibilidade. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são fundamentais para permitir a participação social de pessoas com deficiência por meio da internet (MORGADO; SOUZA; PACHECO, 2020). Apesar dos desafios, o avanço

tecnológico ampliou significativamente o acesso e a participação no mundo digital (SONZA, 2008; CONFORTO; SANTAROSA, 2002).

A criação de acessibilidade pela Comissão de Acessibilidade da 14ª Reunião da ANPEd, adaptada ao formato remoto, é um exemplo relevante. Os participantes trouxeram contribuições valiosas sobre os dispositivos criados para esse evento:

Maria : Na ANPEd do ano passado, que foi remoto, tudo correu bem. A diferença foi que, enquanto nossos eventos presenciais ou intérpretes eram só onde eu estava, porque eu era a única surpresa, nos eventos remotos havia intérpretes para todas as atividades. Então, eu pude escolher qualquer palestra ou linha de pesquisa, porque o intérprete estava lá (Transcrição de Entrevista, Maria, 17/02/2022).

A experiência de Maria nos faz refletir sobre a importância de desenvolver estratégias de acessibilidade digital para eventos remotos, que, em muitos casos, representam uma melhoria significativa em comparação aos eventos presenciais, nos quais a infraestrutura é frequentemente limitada. A criação de uma comissão de acessibilidade, a presença de intérpretes de Libras, audiodescrição e ferramentas que aumentam a visibilidade da tela foram práticas fundamentais para garantir a participação plena das pessoas com deficiência.

Cecília : Recebemos mensagens por WhatsApp e e-mails, antes e durante o evento, informando sobre as atividades que contêm interpretação e audiodescrição. A acessibilidade foi muito boa. Houve intérpretes de Libras e audiodescrição em quase todas as mesas (Transcrição de Entrevista, Cecília, 17/02/2022).

Portanto, a análise dos dados obtidos nos permite refletir sobre a importância de encarar a acessibilidade digital como um direito humano, acompanhando os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência e as estratégias permitidas para promover a inclusão e acessibilidade deste público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados até o momento traçaram um caminho complexo e cheio de contradições em relação à autonomia e participação plena das pessoas com deficiência no contexto da cibercultura, especialmente em eventos e atividades remotas. Durante esta

pesquisa, discutimos e refletimos sobre o uso de recursos tecnológicos como ferramentas de apoio, sempre considerando o direito humano daquelas pessoas que pertencem a todos os espaços da sociedade, além dos processos de capacitação e exclusão de direitos que por

Considerando as construções conceituais feitas até o momento sobre acessibilidade digital, entendemos que garantir acessibilidade em eventos e atividades remotas é um direito humano que pode e deve ser efetivado, mesmo diante de dificuldades como a falta de vontade política, escassez de recursos financeiros, despreparo dos profissionais e cultura capacitista arraigada na sociedade.

Com o intuito de problematizar a construção social das pessoas com deficiência no contexto de um evento acadêmico-científico de grande porte, como a ANPEd, e de explorar as possibilidades para o desenvolvimento de acessibilidade digital em eventos remotos, esta pesquisa se concentra em sistematizar e analisar os dispositivos de acessibilidade digital modificados pela Comissão de Acessibilidade do evento. Foram verificados as perdas dos participantes com deficiência sobre a usabilidade desses dispositivos.

Esse artigo abordou conceitos como deficiência, acessibilidade e capacitismo, buscando compreender tanto a trajetória social e política dessas pessoas quanto os marcos legais que garantem seus direitos. Concluímos que, acima de tudo, as pessoas com deficiência são cidadãs com direitos, dotadas de autonomia e independência para fazer suas escolhas. Eles devem contar com os apoios técnicos e sociais necessários, não como favores, mas como direitos que precisam ser garantidos (MAIOR, 2017).

Refletimos sobre o trabalho da Comissão de Acessibilidade, destacando a importância de pensar coletivamente na construção da acessibilidade, sempre levando em consideração as expectativas e necessidades do usuário final. Chegamos à conclusão de que há dispositivos que podem fornecer maior autonomia e participação para pessoas com deficiência em eventos remotos.

Nesse contexto, os instrumentos técnico-semióticos utilizados proporcionaram maior autonomia, interação, compartilhamento de conhecimento e acesso à informação para pessoas com deficiência. Para quem não tem deficiência, essa experiência ofereceu a oportunidade de aprender a se comunicar com uma perspectiva mais inclusiva e de difundir o conhecimento sobre acessibilidade, entre outros benefícios.

Concluímos que a Comissão de Acessibilidade desenvolveu estratégias eficazes para garantir a participação de pessoas com deficiência. As falas dos participantes

indicam que as TICs foram facilitadoras e promoveram a autonomia dos sujeitos durante o evento. Avaliar a eficácia dessas práticas é essencial para melhorar ainda mais a acessibilidade em eventos futuros, garantindo a inclusão de todos.

Para que isso ocorra de maneira eficaz, é necessário um olhar mais atento para a diversidade que constitui os participantes desse processo, além de uma escuta ativa das necessidades das pessoas com deficiência. A acessibilidade digital, com foco na autonomia desses indivíduos, requer que aqueles que desenvolvem os recursos os coloquem como protagonistas do processo, não apenas como destinatários. Dessa forma, o lema "Nada sobre nós, sem nós", que tem acompanhado a luta das pessoas com deficiência, poderá ser plenamente realizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicap.htm Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL, **Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, 19 de dezembro de 2000. Disponível em https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm - Acesso em jun 2004.

BRASIL. **Lei n.13.146/15 Lei Brasileira de Inclusão**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm > Acesso em: 15 Jan 2021

BRASIL, Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, 19 de dezembro de 2000. Disponível em https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm - Acesso em jun 2004.

BRASIL. Lei n.13.146/15 Lei Brasileira de Inclusão. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm > Acesso em: 15 Jan 2021

BRASIL. Decreto 6949/2009: Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Publicado no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2009. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

CONFORTO, D. e SANTAROSA, L. M. C. Acessibilidade à Web: Internet para Todos. Revista de Informática na Educação: Teoria, Prática – PGIE/UFRGS. V.5 N° 2 p.87-102.

nov/2002. Disponível em: <https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp>. Acesso em 12 de Jun 2022

GUIMARÃES D. N., AZEVEDO S. N., ANDRÉ B. P. Avaliação do desempenho educacional: reflexões sobre a prova brasil. **Revista Científica Interdisciplinar Múltiplos Acessos**, v. 1, p. 13-24, 2016. Disponível em <http://multiplosacessos.com/multaccess/index.php/multaccess/article/view/3>. Acesso em 16 de ago 2022

LANNA JUNIOR, M. C. M. (Comp.). História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010

MELLO, A. G. de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, set-dez, 2012.

MAIOR, I.M.M.L. História, conceito e tipos de deficiência. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: <[http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/](http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf) Texto1.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SMOLKA, A. L. B. Sobre Significação e sentido: Uma contribuição à proposta de rede de significações. In: *A Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano*. São Paulo: Artmed, 2004.

SONZA, A. P. Acessibilidade de Deficientes Visuais aos Ambientes Digitais Virtuais. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2004.

SOUZA, F. F, de. Políticas de educação inclusiva: análise das condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência na instituição escolar. 2013. 277 p. Tese (doutorado) -Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250860>>. Acesso em: 10 Set. 2021

VIGOTSKI, L.S.A. *A formação social da mente*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZANELLA, A. V.; REIS, A. C. dos.; TITON, A. P.; URNAU, L. C.; DASSOLER, T. R. Questões de método em textos de Vygotsky: contribuições à pesquisa em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 25-33, 2007.